FALHA DE IMPRESSÃO NO CABEÇALHO

DIÁRIO OFFICIAL

do Estado de São Paulo (E. U. do Brasil)

o por director de escola profissional primaria estadual;

c) por director de núcleo profissional ferroviário;

d) por director de escola profissional primaria municipal, equiparada, com tres annos de efectiva direcção.

Artigo 21 — O cargo de director do Instituto Profissional da Capital só poderá ser provido pelo respectivo vice-director, ou por director de escola profissional secundaria, os quaes deverão ter pelo menos quatro annos de efectivo exercicio no cargo.

Artigo 22 — O cargo de vice-director de escola profissional secundaria estadual só poderá ser exercido por professor normalista, escolhido dentre os professores dos cursos geraes das escolas profissionais secundarias, dos directores de nucleos de ensino profissional, e das escolas profissionais primarias estaduais e municipais, sendo exigido para estes ultimos dois annos de efectivo exercicio no cargo.

Paraphrasso unico — O cargo de vice-director do Instituto Profissional Masculino da Capital será provido, de preferencia, por director de escola profissional secundaria.

Artigo 23 — Os cargos de mestre das escolas profissionais do interior serão preenchidos por concurso de provas practicas e theoreticas, aos quaes só poderão candidatar-se os ajudantes e os diplomados pelo Curso de Aperfeiçoamento dos Institutos Profissionais Masculino e Feminino da Capital.

Paraphrasso unico — Nesse concurso, em egualdade de condições, terão preferencia os ajudantes.

Artigo 24 — Os cargos de mestre geral e mestre dos Cursos Secundarios dos Institutos Profissionais Masculino e Feminino da Capital só podem ser providos por concurso de provas entre mestres das escolas profissionais do interior e segundos mestres dos Institutos e Escolas Profissionais Secundarias da Capital.

§ 1.º — Para provimento do cargo de mestre geral concorrerão apenas os mestres dos institutos e escolas secundarias da Capital.

§ 2.º — Para o provimento do cargo de mestre, concorrerão os mestres das escolas profissionais do interior e os segundos mestres dos institutos e escolas profissionais secundarias da Capital.

Artigo 25 — Os cargos de segundos mestres da Capital e ajudantes do interior, das escolas pre-vocacionaes, vocacionaes, domesticas, profissionais primarias e secundarias serão preenchidos por diplomados pelo Curso de Aperfeiçoamento dos Institutos Profissionais Masculino e Feminino da Capital, por concurso de notas de diplomas.

Artigo 26 — Caso não concorram candidatos diplomados pelo Curso de Aperfeiçoamento aos cargos de ajudantes, segundos mestres, mestres e mestres geraes, serão admittidos quaesquer candidatos que ficarem sujeitos ás provas theoreticas e practicas relativas ao officio.

Artigo 27 — Os mestres e ajudantes das escolas profissionais municipais, com mais de dois annos de exercicio, poderão fazer concurso para provimento do cargo de mestre das escolas profissionais secundarias da Capital.

Artigo 28 — As provas theoreticas para provimento dos cargos de mestres geral e mestre das escolas profissionais secundarias e dos Cursos de Aperfeiçoamento dos Institutos Profissionais Masculino e Feminino da Capital, versarão sobre as seguintes materias:

- a) Portuguez;
- b) Direcção de officina;
- c) Desenho Profissional;
- d) Escripção escolar e industrial.

§ 1.º — Estas disciplinas são exigidas no concurso para o provimento dos cargos de professores de desenho profissional, plastica, chimica e hygiene alimentar, puericultura e hygiene, e contabilidade domestica.

§ 2.º — São dispensados das provas de Portuguez os candidatos titulados pelas escolas profissionais secundarias e de outros estabelecimentos de ensino secundario estadual ou federal ou a elles equiparados.

Artigo 29 — A comissáo julgadora desses concursos compor-se-á de tres membros, nomeados pela Superintendencia da Educaçáo Profissional e Domestica.

Paraphrasso unico — O julgamento dessas provas será feito da seguinte fórma:

- a) cada examinador lançará nas provas da cadeira ou officio, e das materias theoreticas, as notas de 0 a 100, as quaes serão multiplicadas pelos coefficients abaixo:

Materia basica (que o candidato pretende ensinar)	10
Portuguez	5
Direcção de officina	4
Desenho Profissional	3
Escripção	2

b) a média para classificação é de 1.200 pontos, sendo 2.400 o total dos pontos.

Artigo 30 — Feita a classificação dos candidatos, serão enviados ao Governo os nomes dos tres primeiros classificados, para a escolha do candidato que deverá ser contractado.

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 31 — Os cargos de professores do Curso de Aperfeiçoamento dos Institutos Profissionais Masculino e Feminino da Capital, ora vacantes ou que venham a vagar, serão exercidos, até estabilidade de frequencia, pelos professores das mesmas disciplinas do curso secundario, com a gratificação adicional de 100\$000 mensaes.

§ 1.º — Para as aulas de Inglez, Francez, Chimica Alimentar, Physica e Chimica Industrial, não havendo especialista no corpo docente do Curso Secundario, poderão ser contractados, por tempo determinado, professores, mediante as seguintes remuneraciones: 250\$000 para cada uma das cadeiras de Francez e Inglez; 350\$000 para Chimica Alimentar, Physica e Chimica Industrial.

§ 2.º — O professor contr. que accumular duas disciplinas terá a remuneracao de 500\$000 mensaes.

Artigo 32 — No Instituto Profissional Masculino comprehendem uma unica cadeira as disciplinas de Physica e Chimica applicadas ás p-offissões.

Artigo 33 — Os mestres de desenho profissional, plastica, de chimica e hygiene alimentar, de puericultura e hygiene e contabilidade domestica, passam a denominar-se "professores" com os mesmos vencimentos que actualmente percebem e com os mesmos direitos e deveres.

Paraphrasso unico — Os segundos mestres e ajudantes passam, nas mesmas condições, a denominar-se "segundos professores e professores ajudantes".

Artigo 34 — No curso secundario do Instituto Profissional Feminino da Capital, as materias que constituem o curso de educaçáo domestica ficam assim distribuidas entre as actuaes mestras e segundas mestras:

- 1 — Professora de Chimica Alimentar e de Chimica Applicada ás profissões e Hygiene Alimentar;
- 2 — Professora de Puericultura, Hygiene e Contabilidade Domestica;
- 3 — 2.ªs professoras de Economia Domestica (arte culinaria e artes domesticas).

§ 1.º — As aulas de Chimica e Hygiene Alimentar ficarão a cargo da actual mestra de Economia Domestica e Chimica e as de Puericultura e Hygiene e Contabilidade

Domestica ficarão a cargo da actual mestra de Economia Domestica e Puericultura.

§ 2.º — O ensino de economia domestica ficará a cargo das segundas professoras.

Artigo 35 — Nas escolas profissionais secundarias femininas do interior, o ensino de Chimica e Hygiene, Alimentação, Puericultura e Contabilidade Domestica será ministrado pela professora de Economia Domestica; e o de arte culinaria e artes domesticas pela professora ajudante, sob a orientação geral da professora.

Artigo 36 — Nas escolas profissionais secundarias femininas, os trabalhos de costura, bordados, flores e chapéus, que constituem o curso de Economia Domestica, ficam a cargo das respectivas mestras do curso vocacional.

Artigo 37 — Fica criado o cargo de substituto effectivo para os cursos geraes e técnicos, nos Institutos Profissionais Masculino e Feminino da Capital, e nas escolas profissionais secundarias do interior, com os mesmos direitos e deveres estabelecidos para igual cargo nos grupos escolares.

Paraphrasso unico — O numero de substitutos effectivos não pode ultrapassar o de professores a mestres, com direcção de classe ou officina.

Artigo 38 — Os cargos de substitutos effectivos dos cursos geraes serão exercidos por professores normalistas e os dos cursos técnicos (officinas), na Capital, serão desempenhados por mestres diplomados pelo Curso de Aperfeiçoamento dos Institutos Profissionais Masculino e Feminino e, no interior, pelos diplomados pelas respectivas escolas profissionais secundarias.

Artigo 39 — O cargo de inspectora do Instituto Profissional Feminino, quando vagar, só pode ser exercido por professora normalista, com mais de tres annos de exercicio.

Artigo 40 — No Instituto Profissional Feminino, os segundos e terceiros escripturarios e o escriptuario guardalivros poderão exercer iguaes funções na Escola Nocturna de Aprendizado e Aperfeiçoamento Profissional, percebendo aquelles a gratificação mensal de 100\$000, e este a de 150\$000 mensaes, desde que haja verba consignada no orçamento.

Artigo 41 — Nos Institutos Profissionais Masculinos e Femininos o 2.º professor e 2.º mestre, quando na direcção de classe ou de officina, poderão ter os vencimentos desses cargos, havendo recurso orçamentario para o pagamento da differença de vencimentos.

Artigo 42 — Nas escolas profissionais secundarias onde houver apenas dois professores para as aulas geraes de Portuguez, Geographia e Historia do Brasil, Mathematica, estas serão distribuidas aos professores, pelo respectivo director.

Artigo 43 — Fica supprimido o estagio industrial de seis meses para o ingresso de candidatos ao Curso de Aperfeiçoamento dos Institutos Profissionais Masculino e Feminino da Capital.

Artigo 44 — A verba destinada ao patrimonio das escolas profissionais poderá ser applicada em obras novas ou acquisição de machinas, moveis e utensilios, mediante previa autorizaçáo da Secretaria da Educaçáo e Saude Publica.

Artigo 45 — O Governo poderá criar nas escolas profissionais secundarias o no Curso de Aperfeiçoamento dos Institutos Profissionais Masculino e Feminino da Capital, curso especializado de esculptura, podendo, no interior, ser este ensino ministrado conjuntamente ás secções masculina e feminina.

Paraphrasso unico — O professor de plastica poderá dirigir o curso de esculptura especializada, mediante o pagamento de uma gratificação arbitrada pela Secretaria da Educaçáo e da Saude Publica.

Artigo 46 — O Governo poderá instituir junto ás escolas profissionais cursos livres, da curta duração, para o desenvolvimento de educaçáo domestica, principalmente na parte referente á alimentação.

§ 1.º — As alumnas desse curso pagarão uma taxa de matricula, por serie de lições, arbitrada pela Secretaria da Educaçáo e da Saude Publica.

§ 2.º — As aulas desse curso serão ministradas pelos technicos do corpo docente ou por pessoas estranhas, de comprovada competencia, escolhidas pelo director do estabelecimento, que receberão, por esse servico, uma gratificação custeada pela taxa de matricula do referido curso ou pela verba que para tal fim for consignada no orçamento.

Artigo 47 — O Governo poderá contractar para cada dispensario de puericultura das escolas profissionais, uma auxiliar, diplomada pelo Curso de Aperfeiçoamento do Instituto Profissional Feminino da Capital.

Artigo 48 — Fica criado, no Instituto Profissional Feminino da Capital, para os cursos secundarios e de aperfeiçoamento, o cargo de preparadora de chimica alimentar e applicada ás profissões femininas, com os vencimentos annuaes de 6.500\$000, já consignados no orçamento vigente.

Paraphrasso unico — O provimento desse cargo será feito por contracto, pelo Secretario da Educaçáo e da Saude Publica, por proposta do Director do Instituto Profissional Feminino da Capital, podendo o funcionario ser effectivado depois de dois annos de continuo exercicio.

Artigo 49 — Fica a Superintendencia da Educaçáo Profissional e Domestica autorizada a organizar a secretaria dos Institutos Profissionais Masculino e Feminino da Capital, sem aumento de despesas, podendo, para isso, aproveitar o pessoal dos referidos estabelecimentos ou do quadro da Repartiçáo, inclusivo o do Gabinete de Psychotechnica, enquanto este não estiver devidamente organizado.

Artigo 50 — A Superintendencia da Educaçáo Profissional e Domestica poderá entrar em accordo com os industriais para que os alumnos do 3.º anno das escolas profissionais secundarias façam estagio, como operarios, para desenvolvimento de sua capacidade tecnica.

Artigo 51 — Os professores que fizerem estagio de um anno no Servico de Psychotechnica do Centro Ferroviario, como assistentes, terão preferencia para a nomeaçáo e professores nos cargos que vagarem ou que forem creados nos gabinetes de psychotechnica.

Artigo 52 — O Governo poderá arbitrar uma gratificação mensal de 200\$000 e 100\$000, respectivamente, ao director e ao porteiro do Instituto "D. Escolastica Rosa", de Santos, pelo aumento de trabalho no Internato, que será paga pela contribuicáo da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.

§ 1.º — O vice-director do Instituto, além das attribuições de seu cargo, será o encarregado da parte tecnica e administrativa do Internato, sob a orientação do Director.

§ 2.º — Fica supprimido, no Instituto, um lugar de servente, substituído pelo de fiscal de vigilancia para o Internato, o qual será provido por contracto e proposta do Director.

Artigo 53 — Na Escola Nocturna de Aprendizado e Aperfeiçoamento Profissional, o alumno não poderá dar, durante o anno, sob pena de eliminacáo, mais de 30 faltas.

Paraphrasso unico — Para matricula nesta Escola terão preferencia os candidatos maiores de 15 annos.

Artigo 54 — Para exercer o cargo de professor, mestre 2.º mestre e ajudante na Escola Nocturna de Aprendizado e Aperfeiçoamento Profissional, terão preferencia os techni-

cos, que, além de possuírem o curso de especialidade de Technico, possuam, ainda — de nota, desses technicos, serão aproveitados os diplomados pelo Curso de Aperfeiçoamento dos Institutos Profissionais Masculino e Feminino da Capital, por concurso de notas de diplomas.

Artigo 55 — Para a matricula no curso de dactylographia, stenographia e correspondencia commercial, nas escolas profissionais secundarias, os candidatos prestarão, obrigatoriamente, embora diplomados pelos grupos escolares, exames de portuguez e arithmetica.

Artigo 56 — Ao concurso para o provimento da cadeira de Chimica Alimentar e applicada ás profissões e Hygiene Alimentar, podem concorrer candidatos não diplomados pelo Curso de Aperfeiçoamento dos Institutos Profissionais da Capital e estranhos ao quadro do corpo docente das escolas profissionais.

Artigo 57 — Os alumnos do 2.º anno do Curso de Aperfeiçoamento dos Institutos Profissionais Masculino e Feminino da Capital, quando prestarem servicos gratuitos nas escolas prevocacionaes, vocacionaes, domesticas e grupos escolares, nos trabalhos de sua especialidade, terão as medias geraes de seus diplomas aumentados de cinco a dez pontos, de accordo com a sua assiduidade e eficiencia profissional.

Artigo 58 — Os diplomados pelo Curso de Aperfeiçoamento dos Institutos Profissionais Masculino e Feminino da Capital que prestarem os servicos estabelecidos no artigo anterior e nas mesmas condições, durante dois annos ininterruptos, poderão contar esse tempo, depois de ingressarem na carreira, como de exercicio effectivo, além de poderem prestar concurso para o cargo de mestre das escolas profissionais secundarias da Capital, independentemente de estagio no interior.

Artigo 59 — Enquanto não houver candidatos habilitados no Curso de Formaçáo de Directores, serão preenchidos interinamente, até provimento por concurso, por professores enumerados no artigo 17, de preferencia os da letra "a", os cargos de directores de escolas profissionais e de nucleos de ensino profissional ferroviario.

Artigo 60 — Os vencimentos do pessoal docente e administrativo das escolas profissionais primarias, do vice-director das escolas profissionais secundarias e de modelador, são os constantes das tabelas annexas.

Artigo 61 — Este decreto entra em vigor na data de sua publicacáo, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 5 de fevereiro de 1935.

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA

Ministro

(*) Publicado novamente por ter saído com incorrecções.

DECRETO N. 6.957 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1935

Dispõe sobre os officiaes de Justica do Forum Cível da comarca da Capital.

O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Federal n. 19.398 — de 11 de novembro de 1930,

Decreta:

Art. 1.º — Fica fixado em cento e vinte o numero de officiaes de Justica do Forum Cível desta Capital.

Art. 2.º — Trinta desses officiaes funcionarão, exclusivamente, nos executivos fiscaes da Fazenda do Estado, e quinze, nos executivos fiscaes da Fazenda Municipal, ficando mantidas as disposições do decreto n. 5.853 — de 1.º de março de 1932.

Art. 3.º — Os demais officiaes trabalharão, livremente e á escolha das partes, em todos os servicos das varas civeis e commerciaes e orphanologicas, excepto nos executivos referidos no artigo anterior.

Art. 4.º — Fica extinto, na comarca da Capital, o cargo de official de Justica dos Juizes do Paz, passando todos os servicos destes Juizes a ser feitos pelos officiaes mencionados no artigo 3.º.

Art. 5.º — Não será nomeado nenhum official de Justica, para o Forum Cível desta Capital, até que o numero venha a ficar reduzido a cento e vinte.

Paraphrasso unico — Assim que fique reduzido o numero actual a esse maximo, só poderão ser nomeados novos officiaes de Justica, para preencher vagas que occorrerem, mediante concurso e prova de idoneidade moral, constando esta de attestação firmada por tres directores da Ordem dos Advogados.

Art. 6.º — Dentro de trinta dias, a contar da publicacáo deste decreto, deverão os actuaes officiaes de Justica, sob pena de perda do cargo, apresentar a prova de idoneidade moral exigida no § unico do artigo anterior, e attestado de conducta passado pelo juiz perante o qual servem.

Art. 7.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicacáo, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, 11 de fevereiro de 1935.

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA

Valdomiro Silveira.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Justica, aos 11 de fevereiro de 1935.

Arthur M. Teixeira

Director da Justica.

DECRETO N. 6.958 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1935

Torna vitalicias as provisões de advogado, actualmente em vigor.

O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930,

Decreta:

Art. 1.º — Passam a ser vitalicias as provisões de advogado, actualmente em vigor, mantida a disposicáo constante do art. 1.º da lei n. 1.520, de 21 de dezembro de 1916.

Art. 2.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicacáo, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 11 de fevereiro de 1935.

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA

Valdomiro Silveira.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Justica, aos 11 de fevereiro de 1935.

Arthur M. Teixeira

Director da Justica.